

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

EDIVAR CLEITON LAVRATTI

Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú: Desafios de uma
experiência de agricultura familiar na região de Ribeirão Preto.

Barretos - SP

2014

EDIVAR CLEITON LAVRATTI

Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú: Desafios de uma experiência de agricultura familiar na região de Ribeirão Preto.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Geografia da UnB como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em
Geografia.

Orientadora: Marina M. A. Figueiredo

Barretos - SP

2014

EDIVAR CLEITON LAVRATTI

Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú: Desafios de uma experiência de agricultura familiar na região de Ribeirão Preto.

Monografia (Licenciatura) – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. UAB/Polo Barretos.

É concedida a Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias dessa monografia e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos da publicação e nenhuma parte desta monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) pode ser reproduzido sem a autorização por escrito do autor.

Edivar Cleiton Lavratti

TERMO DE APROVAÇÃO

Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú: Desafios de uma experiência de agricultura familiar na região de Ribeirão Preto.

EDIVAR CLEITON LAVRATTI

BANCA EXAMINADORA:

Ms. Marina Morenna Alves de Figueiredo

Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Ms. Marizângela Aparecida de Bortolo Pinto

Aprovado em sessão pública 29 de novembro de 2014.

À minha família pela contribuição nessa trajetória. Em especial à minha querida companheira, pois foi quem me incentivou nesta caminhada desde a aprovação na seleção. Às minhas filhas, pelas quais nos reinventamos constantemente na vida. Ao Professor Tutor Luís Carlos de Souza (em memória), querido professor, que com doçura e determinação nos conduziu nos primórdios do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília pela oportunidade, pois jamais teria condições de estudar se não fosse a iniciativa desta instituição em realizar cursos desta natureza.

Agradeço aos excelentes professores da UnB por todo esforço, viagens e desafios de um processo novo e, sempre em construção.

Agradeço aos professores da banca examinadora pela generosidade e experiência que me fez crescer.

Agradeço em especial a minha orientadora, Marina Morena Alves de Figueiredo, que acreditou que seria possível e contribuiu decisivamente para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

RESUMO

Este trabalho buscou refletir, a partir de um estudo de caso, sobre os avanços e limites da construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o PDS Sepé Tiarajú em Serra Azul, estado de São Paulo. O ponto de partida é a luta pela terra como força motriz das ações que fazem desencadear essa história. Por ser o primeiro PDS no estado de São Paulo, carrega traços deste pioneirismo, com contradições e reconstruções, com adaptações ao modelo Amazônico desenvolvido pelos povos da Floresta. Para tanto, há um diálogo acerca das funções e significados do território, entendendo este espaço como um processo inacabado de construção de funcionalidades que estão para além das de cunho econômico, mas perpassam pelos valores culturais e simbólicos que contribuíram em muito para a consolidação deste assentamento. Neste sentido, trata-se da experiência de PDS que se fez alheio ao Estado brasileiro, neste caso o INCRA, que não prosseguiu na consolidação da proposta. Mas, sobretudo, trata-se da distinta força de vontade de uma comunidade em se organizar e garantir seus direitos, dando interpretações simples e funcionais ao desafio de um modelo novo em terras paulistas. Por se tratar de um projeto protagonizado pelos agricultores, com organizações sociais dirigidas por estes atores sociais, e com viés da sustentabilidade, esta experiência tem a contribuir para a questão agrária brasileira.

Palavras Chave: Reforma agrária, Território, Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This study search for reflecting, from a case study, the progress and limits of constructing a Sustainable Development Project, the PDS Sepé Tiarajú in Serra Azul, state of São Paulo. The starting point is the land struggle as driving force of the actions they trigger this story. To be the first PDS in São Paulo States, carries traces of this pioneering spirit, with contradictions and reconstructions, and adaptations to Amazonian model developed by the people of the Forest. For both, there is a dialogue about the functions and meanings of the territory, understanding this place as an unfinished building features process that are beyond the economic nature of the process, but pervade the cultural and symbolic values that contributed greatly to the consolidation of this settlement. In this sense, it is the experience of PDS that became oblivious to the Brazilian government, in this case INCRA, who did not pursue the consolidation proposal of this organization model. But above all this, it is the distinctive strength of community's will to organize and secure their rights, providing simple and functional reading to the challenge of a new organization model in São Paulo State. Because it is a project starring farmers with social organizations run by these social actors, with sustainability bias, this experience has a lot to contribute to the Brazilian agrarian reform.

Keywords: agrarian Reform, Territory, Sustainable Development Project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do PDS Sepé Tiarajú	30
Figura 2: Casa de um beneficiário do PDS	32
Figura 3: Escola do PDS	34
Figura 4: Barracão coletivo	34
Figura 5: Poço artesiano	36
Figura 6: Plantio de banana.....	37
Figura 7: Plantio de Mandioca	37
Figura 8: Plantio de Manga.....	37
Figura 9: Consórcio entre banana e abacate.....	49

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Número de entrevista por informante qualificado	17
Tabela 2: Grupos de cooperação e número de famílias.....	34
Tabela 3: Produtos cultivados no PDS Sepé Tiarajú.....	48
Tabela 4: Mudanças positivas na qualidade de vida dos(as) entrevistados(as).....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROSEPÉ	Cooperativa dos Produtores Rurais Agroecológica do Sepé
ATER	Programa de Assessoria Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERECOS	Cooperativa Agroecológica de Manejo e Conservação da Agrobiodiversidade dos Agricultores Familiares do Assentamento Sepé Tiarajú
COOPERFT	Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Frutos da Terra
DAEE	Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica
FRATERRA	Associação Agroecológica de Pequenos Produtores da Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS	Instituto Biosistêmico
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAF	Sistema Agroflorestal
TAC	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. JUSTIFICATIVA	14
1.2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	14
1.3. OBJETIVOS	15
1.3.1. <i>Objetivo Geral</i>	15
1.3.2. <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.4. METODOLOGIA.....	15
2. REVISÃO TEÓRICA	17
2.1. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)	17
2.2. A CAPITAL DO AGRONEGÓCIO E A LUTA PELA TERRA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	21
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	24
3.1. SEPÉ TIARAJÚ: A OPÇÃO PELA MODALIDADE PDS E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO..	24
3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEPÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	25
3.3. DA AMAZÔNIA AO CANAVIAL: BLOQUEIOS E PERSPECTIVAS DO PDS NO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE A.....	57
APÊNDICE B.....	58
ANEXO A	59

1 Introdução

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú, localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul no estado de São Paulo, vem sendo estudado por muitos pesquisadores sob diferentes aspectos: ora sob a perspectiva ambiental, ora sob a perspectiva organizacional, ora sob a gestão social das políticas públicas nesta comunidade incidentes. Este trabalho tem o objetivo de compreender, as dinâmicas (sociais, econômicas, culturais, políticas e produtivas) inerentes ao processo de formação desta comunidade, aqui entendida como um novo território.

Todo o processo anterior de lutas e organização dos agricultores, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a conquista da terra, culmina na necessidade de uma viabilização formal do Assentamento de Reforma Agrária. A modalidade: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) criado pela portaria INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) 477 de 04 de novembro de 1999 (INCRA,1999) surge como uma alternativa de viabilização deste assentamento que desde o início do processo de ocupações teve como “bandeira de luta” a preservação dos recursos naturais e do Aquífero Guarani¹.

As normativas tradicionais INCRA não contemplavam o apelo daquela comunidade. Começando pelo tradicional “corte dos lotes” e concessão individual de títulos de terras: o risco de vendas de lotes e de arrendamentos para monocultura da cana de açúcar seria muito grande. Buscava-se por um modelo de autogestão da posse da terra, onde as pessoas pudessem garantir sua individualidade, mas que tivessem um compromisso coletivo com a terra, meio ambiente e comunidade.

O PDS inicialmente pensado e destinado às populações cuja base de subsistência está no extrativismo e nas atividades de baixo impacto ambiental, especialmente para populações amazônicas, foi a modalidade de assentamento que melhor se enquadraria a realidade local. Prevê o manejo sustentável e a preservação de reservas de matas nativas. O desafio posto era aproveitar esta normativa do INCRA já existente e adaptar ao Estado de São Paulo, região de Ribeirão Preto. Assim, foi necessário compreender a viabilidade desta modalidade numa região na qual tais atividades florestais-econômicas são pouco comuns, mas

¹ Manancial de águas subterrâneas que se estende pela América do Sul e tem nesta região ponto importante de recarga.

que acolheria certamente a demanda de conservação dos recursos naturais. E do mesmo modo propiciar a compreensão de que a questão ambiental é preponderante para as dinâmicas estabelecidas seja nos PDS amazônicos ou paulistas. Foi a primeira experiência fora daquela região, com desafios enormes de compreensão tanto por parte dos agricultores, movimento social e agentes públicos acostumados com as experiências tradicionais.

Este desafio fora lançado para as famílias de agricultores com o apoio muito forte do Ministério Público do Meio Ambiente de Ribeirão Preto, inclusive uma das ações inéditas fora o fato de todos os agricultores e INCRA assumirem através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) várias responsabilidades. Outro apoio importante foi dado pela Diocese de Ribeirão Preto (Igreja Católica) e um grupo considerável de apoiadores da Reforma Agrária, transformando-se numa experiência exitosa de luta pela terra com apoio da sociedade e sem conflitos mais acirrados ou violentos, o que não diminuiu a radicalidade do feito: conquistar uma fazenda coberta de cana de açúcar nas cercanias da capital brasileira do agronegócio.

Este trabalho estrutura-se em quatro capítulos: o presente capítulo aborda a problematização da questão e a justificativa para este trabalho, apontando os objetivos e a metodologia utilizada para a pesquisa. No segundo capítulo, primeiramente foi realizada uma revisão da literatura com um breve resgate histórico da luta pela terra no Brasil, passando pela formação e territorialização do MST. Após isso uma explanação sobre aspectos sócio econômicos da microregião de Ribeirão Preto, palco regional de nosso estudo. Em seguida, o terceiro capítulo, a caracterização do PDS Sepé Tiarajú, a luta pela terra, a formação da comunidade, a formalização do PDS e os compromissos assumidos no TAC junto ao Ministério Público.

Por último, no quarto capítulo, a discussão que motiva este trabalho: Quais os entraves e vantagens do ponto de vista socioeconômico de uma experiência de agricultura familiar numa região tradicionalmente tomada pelos complexos agroindustriais? O Projeto tem de fato se viabilizado como uma experiência de agricultura sustentável, voltada para a produção de alimentos agroecológicos, mesmo numa região cuja ideologia produtiva é de agriculturas convencionais, com base no latifúndio e em insumos contaminantes dos recursos naturais? No intuito de

responder a essas questões o capítulo de resultados e discussões busca trazer elementos e dados que possam subsidiar as reflexões realizadas.

1.1 Justificativa

O Assentamento Sepé Tiarajú vem sendo estudado por muitos pesquisadores sob diferentes aspectos, ora sob a perspectiva ambiental, ora sob a perspectiva organizacional, ora sob a gestão social das políticas públicas nesta comunidade incidentes. Esta pesquisa tem o objetivo de compreender, as dinâmicas (sociais, econômicas, culturais, políticas e produtivas) inerentes ao processo de formação desta comunidade, aqui entendida como um novo território, que se constitui numa perspectiva ambiental – modalidade PDS.

A modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável é destinado às populações cuja base de subsistência está no extrativismo e nas atividades de baixo impacto ambiental – populações amazônicas, especialmente. Prevê o manejo sustentável e a preservação de reservas de matas primárias. As atividades mais comuns são o comércio de mudas de árvores da floresta, cascas medicinais, sementes, artesanato, resina, cipó, entre outros.

Deste modo, acredita-se ser necessário compreender a viabilidade desta modalidade numa região, onde tais atividades econômicas são pouco comuns, mas que apresenta grande demanda pela conservação dos recursos naturais. E do mesmo modo compreender se a questão ambiental é a preponderante para as dinâmicas estabelecidas, ou se atreladas a esta dimensão existem outros aspectos que fazem deste caso o que ele é.

1.2 Problematização

A problemática central deste projeto de pesquisa repousa sobre a compreensão de questões fundamentais para a viabilização do assentamento como uma experiência/proposta de agricultura alternativa àquela dominante na região, quais sejam:

- Quais os entraves e vantagens do ponto de vista socioeconômico de uma experiência de agricultura familiar numa região tradicionalmente tomada pelos complexos agroindustriais?
- O Projeto tem se viabilizado como uma experiência de agricultura sustentável, voltada para a produção de alimentos agroecológicos, numa região cuja ideologia produtiva é de agriculturas convencionais, com base em insumos contaminantes dos recursos naturais?
- Como estas famílias se organizam socialmente e para o trabalho?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender, à luz da abordagem territorial, o processo de formação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú, localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul/SP, as relações estabelecidas intra comunidade e desta com o seu entorno, especialmente no que tange à perspectiva ambiental, fator determinante na construção desta experiência.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar a forma de organização social e política das famílias assentadas;
- Identificar as práticas agrícolas desenvolvidas e suas implicações nas relações intra comunidade e da comunidade com o entorno;
- Levantar informações acerca da compreensão que as famílias assentadas têm sobre sua trajetória, considerando as ocupações aos dias atuais.

1.4 Metodologia

A trajetória de lutas do PDS Sepé Tiarajú e as diversas indagações sobre os desafios colocados no dia a dia dos agricultores me levaram a optar pelo estudo de caso de caráter exploratório, apoiado sobre pesquisa qualitativa.

Ao tratar sobre o delineamento da pesquisa e os interesses do conhecimento, Bauer *et al.* (2003) corroboram com Bryman (1988) sobre o pesquisador qualitativo se tornar capaz de ver "através dos olhos daqueles que estão sendo pesquisados".

As questões que me propus a entender repousam na construção e consolidação de uma experiência de formação de uma comunidade rural. Qualquer agrupamento humano possui suas regras, costumes, contradições e antagonismos que constituem o arcabouço cultural de um espaço em formação. Uma realidade rural alicerçada na luta pela terra e na disputa contra hegemônica, envolvendo os mais diversos atores sociais, torna essa busca mais complexa e desafiadora.

Encontrei no método dialético o caminho de compreensão de uma comunidade em movimento. Portanto, entende-se esta busca como tarefa inacabada, um vir a ser constante, que dialoga com a materialidade do "fazer", com a reflexão pura e refinada dos agricultores. Mais que um método a "dialética" é um estilo intelectual, que organiza os resultados obtidos na pesquisa empírica de modo a propiciar uma reflexão filosófica que nos coloca frente a frente com as contradições da realidade e seus fenômenos.

Deste modo, para que esta empreitada se consolidasse, além de revisão bibliográfica sobre o tema, foi necessária a realização de entrevistas semi estruturadas com informantes qualificados (lideranças comunitárias e agricultores), e a busca de informações para estudo e análise em materiais tais como:

- Documentos referentes à Portaria de criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), pesquisado no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Mapas, fotos;
- Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), cedido pelo Escritório Regional de Assistência Técnica - INCRA.

Gostaria de explicar como foi construída a escolha dos entrevistados. Decidi por ouvir especialmente as legítimas lideranças do assentamento, ou seja, agricultores que tem na sua lida diária para além do trabalho com a produção, a organização social e política das famílias membros representantes das 3 (três) cooperativas e 1 (uma) associação que compõe a coordenação geral da comunidade.

Além destes representantes, foram realizadas entrevistas com mais um membro de cada organização, agricultores que se destacam na produção e que não fazem parte da coordenação geral.

As entrevistas foram distribuídas conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Número de entrevista por informante qualificado

CATEGORIA	COOPERECOS	COOPERFT	COOPERAGROSEPE	FRATERRA
LIDERANÇAS	1	1	1	1
AGRICULTORES	1	1	1	1

Fonte: LAVRATTI, 2014.

A intenção foi de aplicar o mesmo questionário (Apêndice A) para os dois grupos de entrevistados e entender a percepção de ambos sobre este processo. Para compreender o olhar de um agente externo à comunidade foi realizada uma entrevista (Apêndice B) com o Gestor de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) que atende a comunidade desde os primeiros momentos de implantação do projeto.

Para Bauer *et al.* (2003), a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Desta forma, além da pesquisa de materiais riquíssimos encontrados sobre esta comunidade, foram valorosas as entrevistas qualitativas que ilustraram com o fervor do realismo e da emoção os anseios, as conquistas, os percalços da caminhada, e os sonhos destes agricultores e agricultoras. A seguir inicio a revisão bibliográfica que dará embasamento as compreensões deste estudo de caso.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Sem nenhum demérito às importantes organizações do campo que antecedem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), necessito aqui fazer um recorte histórico para tratar especialmente deste movimento que, na contemporaneidade, pautou a sociedade brasileira novamente com a questão agrária.

O Golpe Militar de 1964 interrompeu no campo brasileiro um ciclo de mobilizações pela Reforma Agrária. A retomada luta pela terra no Brasil teve como marco histórico a ocupação, no ano de 1979, da Fazenda Macali em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul – que contou com a participação de 110 famílias de agricultores sem terra organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (MANÇANO, 2000).

Como analisa Mançano (2000) no período da ditadura militar o Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados à migração pelo território brasileiro e paraguaio. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra camponeses, agregou novos elementos à questão agrária.

A formação do MST se deu a partir da necessidade da luta pela terra e com o passar do tempo foi assumido pautas mais amplas. Em plena ditadura militar, enquanto os operários, especialmente do ABCD paulista e Volta Redonda no Rio de Janeiro, organizavam grandes greves e faziam surgir suas organizações, no campo a semente do que viria ser o MST estava sendo plantada. Como retrata Mançano (2000):

A luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia. A experiência de Macali, bem como as experiências dos operários nas cidades, evidenciou que as mobilizações e ocupações eram a principal maneira para a viabilização da Reforma Agrária (MANÇANO, p.47, 2000).

Ao longo dos anos muitas ações foram realizadas por todo país, para além de ocupações de latifúndios, realizavam Congressos Nacionais, a partir dos quais discutiam-se seus princípios e diretrizes políticas, o que por um lado contribuía para a consolidação interna desta organização, mas que por outro lado eram insuficientes ainda para a retirada destes agricultores do anonimato e para se consolidarem enquanto grupo social em luta.

Mesmo com todas as mobilizações e fazendo constar na constituinte a lei de reforma Agrária, para Freitas (2009) o que se configurava era um reformismo agrário – no qual as formas de intervenções espaciais do Estado são recriadas, permanecendo o conteúdo definidor da ação política que se utiliza da prática democrática conservadora de negação e violação dos direitos sociais.

Somente na década de 90, que o MST se territorializou nacionalmente e o enfrentamento com o latifúndio ficou muito evidenciado. Este período coincide com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – caracterizado por conflitos e

embates ideológicos - frente ao posicionamento contrário do Presidente à Reforma Agrária, como ele próprio assinalou no Prefácio da tese de Doutorado de seu colega Francisco Graziano:

O que o livro nos mostra é a história de uma ilusão. Ou melhor, de muitas ilusões: nem há no Brasil tanta terra agriculturável e disponível como se imagina, nem o latifúndio improdutivo continua a ser a base da produção e mesmo da estrutura da propriedade agrícola brasileira, nem existem tantos 'sem terra' ávidos pela posse da terra, como se imagina (CARDOSO, F. H. *apud* GRAZIANO N. F. p.10, 1991).

Durante os anos de governo do Presidente FHC ocorreram os maiores massacres da história contemporânea da luta pela terra como os casos de Corumbiara, em Rondônia, e Eldorado dos Carajás, no Pará. Prisões e assassinatos estamparam as páginas dos jornais, levando a sociedade brasileira à reflexão sobre a questão agrária brasileira e ao conhecimento da existência e luta dos "Sem Terra". Por seu lado, o MST promovia cada vez mais ações que denunciassessem à sociedade o descaso do governo para com a questão agrária.

O ano de 2000 representou uma mudança significativa na importância do campo para as políticas macroeconômicas neoliberais do governo FHC. A globalização em curso e os acordos internacionais de comércio trouxeram oportunidades aos grandes proprietários rurais, uma verdadeira revolução sem alterar o caráter latifundiário da posse da terra. O latifúndio assume caráter de empresa rural, e o fazendeiro atrasado dá lugar ao novo estilo de gestão e organização produtiva. Inicia-se aqui a era do Agribusiness, mais tarde Agronegócio conforme Rodrigues (2001):

Por outro lado, há uma revolução silenciosa em andamento, servida pelos agricultores capitalizados, basicamente aqueles que não tinham dívidas no dia em que se implantou o Plano Real. Estes, no firme propósito de sobreviver, lá vão realizando um projeto fantástico, medido por três variáveis. A primeira é a inovação tecnológica, visível, decretada pela adoção das mais modernas máquinas, sejam tratores, colheitadeiras ou equipamentos, dotados de computadores de bordo, GPS e ar condicionado. Os insumos mais recentes são aplicados, assim como técnicas de ponta como o plantio direto e a agricultura de precisão. A segunda, menos visível, e certamente imensurável, é a revolução gerencial. Já não basta mais a melhor tecnologia, se o fazendeiro não for um bom gerente. É preciso ser bem informado para ser um comerciante ágil, para comprar insumos ou vender a produção na hora certa. Gerência financeira é indispensável, seja para tomar crédito com adequado *mix* de juros, seja para aplicar suas reservas. Saber calcular e pagar impostos já exige preparo, assim como cuidar das questões ligadas a custos de

produção e organização do trabalho. Cuidados com a formação de recursos humanos e os contratos de trabalho são prioridades, bem como o adequado tratamento da questão ambiental, hoje fundamental inclusive em termos de comércio exterior. E a terceira vertente da revolução silenciosa é a mudança de modelo: trata-se da necessidade de agregar valor à produção primária. Já não é mais possível fazer renda compatível com os investimentos no campo vendendo grãos, por exemplo. É preciso transformá-los em óleo, farelo, carne ou leite (RODRIGUES, p. 01, 2011).

Esta oportunidade reaviva o potencial produtivo de milhares de grandes propriedades rurais, fazendo com que muitas deixassem de ser improdutivas. Isso atingia de frente a proposta do MST de ocupações de latifúndios improdutivos.

Diante de tais transformações dos latifúndios, a luta pela terra travada pelo MST passou a extrapolar o quesito da improdutividade, contemplando também aspectos do cumprimento da sua função social. Esse processo foi gradual e amparado pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 1964):

A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, p.01, 1964).

Deste modo, as novas ocupações passaram a ter como foco grandes latifúndios que, mesmo produtivos, comprometiam a função social da terra a partir dos aspectos ambientais e sociais, como por exemplo, áreas de monocultivos ambientalmente questionáveis, áreas cuja produção baseava-se na superexploração do trabalho e no trabalho escravo, bem como aquelas devedoras a Bancos públicos e fisco, como sinaliza o MST em seu Jornal:

Avaliamos que não há lugar para o camponês no modo como o agronegócio quer estruturar o campo. O meio rural foi transformado em um território de produção de matéria prima para exortação, fundamentada no monocultivo em grande escala, no uso intensivo de máquinas e agrotóxicos, expulsando famílias e agredindo o meio ambiente. Esta função de produzir matéria prima para os países do centro capitalista é defendido pelo capital financeiro internacional. O agronegócio hoje é o grande entrave a reforma Agrária (JORNAL SEM TERRA, p 07, 2007).

Nesta nova perspectiva de lutas pela terra e de enfrentamento político, o MST inicia sua territorialização na região de Ribeirão Preto, também conhecida como a “Capital do Agronegócio”, incursão esta que resultou na conquista do PDS

Sepé Tiarajú e numa nova forma de organização assentamentos na região Sudeste do país, na qual a perspectiva ambiental, social, econômico-produtiva e cultural é institucionalizada, tratado mais detalhadamente a seguir.

2.2 A Capital do Agronegócio e a Luta pela Terra: breve contextualização

A microrregião de Ribeirão Preto é mundialmente reconhecida pela consolidação e expansão do agronegócio, que se deu através dos grandes monocultivos de cana-de-açúcar aliados às usinas de açúcar e etanol. Composta pelos municípios de Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guatapar, Jardinópolis, Luís Antnio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho concentra uma população de 1.108.766 habitantes e um PIB de R\$ 29 bilhões. (IBGE, 2010), o que a torna uma das regiões mais pujantes economicamente do estado de São Paulo.

Com localização privilegiada e com solos muito férteis, a história da região se passa em torno dos ciclos de produção agrícola experimentado pelo Brasil nos últimos dois séculos - o Café e o Açúcar, e recentemente os Biocombustíveis, que chegam com uma nova roupagem: O Agronegócio.

A partir de 1870, com a decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba e a chegada da Ferrovia de Campinas (1872), a região tornou-se a nova fronteira agrícola a ser explorada, foi uma verdadeira “marcha” dos cafeicultores em direção  “Alta Mogiana”, como era conhecida esta região  época (Arquivo público municipal, Ribeirão Preto, 2014). A busca era pela “terra roxa”, enaltecida por artigos de jornais que circulavam na capital, sendo esta a nova terra do café. Assim, entre 1870 e 1900 o café produzido em Ribeirão Preto era consumido em toda a Europa, o que contribuiu para a consolidação da elite cafeeira desta região, coma as famílias Junqueira, Dumont, Prado e Pereira Barreto (Arquivo Público Municipal, Ribeirão Preto, 2014).

A crise de 1930 derrubou os preços internacionais do café, e a decadência se instalou sobre a monocultura e obrigou os Bares do Café a alterar e diversificar a produção agrícola com cultivos de algodão, arroz, laranja, soja, cana de açúcar e pecuária, buscando a superação. Como afirma Pires (2001), embora Ribeirão Preto

comece a despontar no cenário nacional com o desenvolvimento da economia cafeeira, a partir do final do século XIX, e sobretudo, a partir da década de 1950, quando se intensificou o processo de recuperação econômica após a crise dos anos trinta, que o município avançou com maior celeridade em direção aos elevados padrões de riqueza.

Com o passar dos anos, a cana de açúcar se consolidou como principal atividade econômica na região, encerrando definitivamente os ciclos econômicos anteriores. Configurou-se como atividade produtiva que possibilitaria a ressignificação do latifúndio, e superação de sua crise na região (Arquivo Público Municipal, Ribeirão Preto, 2014). Estas afirmativas são verdadeiras, mas junto à nova atividade, novas contradições entre Capital versus Trabalho que não se configuravam no ciclo anterior, passam a surgir.

Durante este século de auge e queda do Café e de diversificação, a mão de obra passou de escrava ao regime de colonato – cujas relações de trabalho eram estabelecidas através de parcerias (meeiros, parceiros, etc), e concedidos direito a moradias nas grandes colônias de fazendas e à possibilidade do cultivo para subsistência. Do mesmo modo, a cana de açúcar fez emergir novas relações de trabalho - abriu portas para o assalariamento no campo, surgindo uma nova categoria de trabalhador rural: o assalariado rural, também denominado “bóias frias”. No entanto, a condição de assalariamento não configurou maiores liberdades aos trabalhadores, como aponta Ferrante *et al.* (1988):

Assiste-se, cada vez mais, a emergência de um conjunto de necessidades reivindicadas no nível do espaço reprodutivo, além daquelas do espaço produtivo (melhores salários, melhores condições de trabalho) em virtude do arrocho salarial. Fica claro que o capital não assume a totalidade das necessidades da reprodução da força de trabalho (FERRANTE, p 38, 1988).

As crises de desemprego e subemprego provocados pela monocultura da cana de açúcar levaram, no final dos anos 90, a região de Ribeirão Preto a tornar-se cenário de Luta pela Terra. De acordo com Maia (2013), estes anos marcaram o período de maior ascensão política e apoio social obtido pelo MST, ao mesmo passo que marcou a decadência da ideologia do modelo agroexportador, ora personificada na figura dos fazendeiros. A crueldade das ações destes últimos para com os trabalhadores rurais empregados e trabalhadores rurais e urbanos desempregados,

bem como a repressão militar para controle das lutas organizadas geraram um descontentamento da sociedade civil em geral para com esta categoria específica.

A luta social e política a partir das ocupações de terras nessa região se tornaram emblemáticas - pois se tratava (e ainda assim é considerada) da “Capital do Agronegócio” - ações que buscavam evidenciar o caráter excludente da agricultura latifundiária, bem como ser possível a destinação para fins de reforma agrária não somente das terras improdutivas, mas também das terras produtivas, e que não cumpriam sua função social – sendo este último caso, mais recorrente na região. E, além disso, promover alterações positivas nas vidas dos trabalhadores envolvidos no processo de luta pela terra, bem como nos sistemas de produção, ao menos naqueles latifúndios conquistados e transformados - dando lugar ao poli cultivo (e a possibilidade de oferta de alimentos saudáveis para o mercado consumidor local e regional), as moradias de forma digna e a vida comunitária (com seus aspectos sociais, culturais e, também, organizativos). Como alude Maia (2013):

Os assentamentos de reforma agrária se apresentam como um espaço de produção da vida em seu sentido mais pleno – aquele que trata desde a reconstrução do ser humano, a partir do resgate das histórias e cultura de cada um, até a recomposição da paisagem, onde os monocultivos passam a dar lugar à produção de alimentos (MAIA, p 17, 2013).

Neste contexto que se inicia o processo de formação de um território, que entendo aqui como espaço de múltiplas funções, conforme define Haesbaert, (2004):

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, p.03, 2004).

Neste contexto de territorialização surge o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Sepé Tiarajú, nosso objeto de estudo sobre o qual discorreremos no capítulo seguinte.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1. Sepé Tiarajú: a opção pela modalidade PDS e o processo de formação do assentamento

O primeiro assentamento da microrregião de Ribeirão Preto, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Sepé Tiarajú, localiza-se no entre os municípios de Serrana e Serra Azul, na Região de Ribeirão Preto, no Nordeste do Estado de São Paulo.

Esta experiência rendeu muitos estudos acadêmicos por ser inédita fora da Amazônia. Assim, foi estudada por Scopinho (2007) que priorizou os aspectos psicológicos e organizacionais do PDS, Canuto, *et al* (2013) que estudou as práticas agroflorestais, Vasquez (2009), dedicou-se a aspectos do cotidiano de organização e relações interpessoais e Maia (2013), ressaltando as liberdades humanas no acesso a terra e políticas públicas de comercialização. Estas são pesquisas de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre esta experiência, proporcionando rico material de estudo sobre este PDS.

A conquista deste assentamento se deve a mobilizações e ocupações realizadas por famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1999, dando início ao processo de territorialização nesta região, o MST realizou sua primeira ocupação, tratava-se da Fazenda Chimbó, localizada no município de Matão, estado de São Paulo. Após sucessivos despejos e enfrentamentos com forças contrárias a reforma Agrária, em abril de 2000, fora ocupada a Fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul, São Paulo. À época era de posse da Usina Martinópolis e havia sido arrecadada para pagamentos de dívidas e adjudicada ao patrimônio do Estado de São Paulo (MAIA, p 66, 2013).

Uma grande mobilização da sociedade foi conquistada por este movimento, envolvendo um grupo denominado: “Amigos do MST” composto por vários setores da sociedade e classes sociais, que chegou a contar com mais de cem participantes, segundo relatos levantados em campo (LAVRATTI, 2014), que influenciou muito na conquista da área, quatro anos mais tarde:

Não fosse este grupo de amigos a gente tinha sido esmagado, pra eles (usineiro) era um absurdo a gente fazer isso, a gente tinha que baixar a orelha... o primeiro despejo ia ser feito por jagunço, uns 50 que trabalhavam pra usina, e na primeira noite de ocupação! Graças a Deus quando deu umas 10 horas da noite o Promotor de Cravinhos Wanderlei Trindade apareceu e mandou revistar todos eles com a polícia, foi uma correria pro meio da cana pra se esconder, só assim deu pra dormir naquela noite (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Este envolvimento da sociedade civil, que percebia na Reforma Agrária uma solução para as mazelas sociais e ambientais da região trouxeram para aquela experiência novos desafios: construir uma proposta de assentamento baseado em princípios de autogestão e ambientalmente antagônico aos monocultivos de cana de açúcar predominantes na região, que preservassem especialmente a recarga do Aquífero Guarani, ameaçado pelos agrotóxicos e resíduos da produção de açúcar e etanol.

O engajamento do movimento social e comunidade a estes ideais foram fundamentais para cimentar esta ideia. Aqui entra em cena então a busca por uma proposta de assentamento que acolhesse estas bandeiras, posteriormente amparadas pela Portaria INCRA 477 (INCRA, 2004) - o que legitimou a proposta de assentamento construída coletivamente (por sociedade civil organizada e Movimento Social), perante o INCRA e a sociedade ribeirão-pretana, a qual discorreremos adiante para melhor compreensão do caso estudado.

3.2 Projeto de Desenvolvimento Sustentável: concepção e institucionalização

É difícil tratar de PDS sem mencionar a importância da atuação missionária e política de Irmã Dorothy Stang, americana, naturalizada brasileira, que foi assassinada no ano de 2005, em Anapu, estado do Pará, devido seu enfrentamento com madeireiros, latifundiários e políticos da região, Em virtude da sua adesão à causa dos trabalhadores rurais. A síntese da luta desta missionária está na própria concepção do PDS, que talvez tenha sido um dos legados mais importantes deixados por ela na construção de uma proposta inovadora de relação do homem com a Amazônia.

A partir da década de 70, com a abertura da Transamazônica, muitos nordestinos migraram em busca de terra. A BR-230, implantada pelo General Garrastazu Médici, durante o regime militar, tinha como objetivo principal conectar as regiões Norte e Nordeste do Brasil e abrir caminho para a colonização. Para o Estado brasileiro esta seria a grande solução, pois resolveria a situação agrária do sul e ocuparia a região desabitada da Amazônia (LIMA, 2013).

Buscando colonizar a região foram trazidos colonos do sul, catarinenses, paranaenses e gaúchos, com o objetivo de plantarem: café, cacau, pimenta-do-reino entre outros produtos passíveis de exportação, no intuito de integrar a Amazônia ao restante da economia do país em detrimento de possível perda deste território para outros países. Contudo, a partir de 1972, diante do flagelo da seca nordestina, esta última porção do território amazônico foi sendo habitada, tornando-se área de intenso conflito agrário (LIMA, 2013).

Um vasto território a ser ocupado e desbravado, configurou-se, assim, num cenário de lutas e mortes de agricultores. Para tais condições, os modelos de colonização da Amazônia e os projetos tradicionais de Reforma Agrária seriam facilmente derrotados pela força dos madeireiros, o que motivou a militância engajada daquela região, com o protagonismo da Irmã Dorothy, a formular uma proposta de assentamento que garantisse e fortalecesse a luta pela terra, mesmo após a sua conquista e que agregasse as partes mais frágeis deste conflito para se tornarem fortes: o agricultor extrativista e a floresta. Neste contexto são formuladas as diretrizes dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, dentre as quais destacamos aquelas que julgamos fundamentais, e que sustentam, inclusive, a oficialização do assentamento Sepé Tiarajú enquanto um PDS.

O primeiro passo seria estabelecer os beneficiários e definir os regimes de exploração dos recursos naturais. Assim no artigo primeiro da Portaria de criação do PDS ficou estabelecido:

Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental (INCRA, p.01, 1999).

O fundamental para a sustentação de uma perspectiva de exploração sustentável era o enfrentamento ao loteamento das áreas e concessão de títulos individuais típicos dos projetos tradicionais do INCRA. A pressão exercida pelos

madeireiros era (e continua) muito grande e o agricultor se via “obrigado” a vender seu lote, permitir a retirada de madeira, ou abandonar a gleba. Por isso era necessária uma modalidade que não permitisse a venda dos lotes ou da madeira, cuja gestão fosse coletiva, onde o interesse da maioria seria respeitado. Como forma de coibir o poder de pressão e os interesses individuais que a propriedade privada exerce sobre os indivíduos, assim o PDS passou a prever como princípio:

Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominial ou cooperativista (INCRA, p 01,1999).

Os princípios de sustentabilidade ambiental e o interesse ecológico destes lugares tiveram o apoio do Ministério do Meio Ambiente e Conselho Nacional dos Seringueiros, ficando estabelecidos na mesma portaria:

Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS's serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contará com participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA e do Conselho Nacional dos seringueiros - CNS. Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes (BRASIL, p 01, 1999).

Estes artigos supracitados compõem a essência do Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Os pressupostos que levam a estas determinações legais e que compõe a Portaria 477, foram os seguintes:

Considerando que o Plano Nacional de Reforma Agrária deve ser um fator básico de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular; Considerando que a manutenção da atividade extrativista tradicional e o apoio às populações que a desenvolvem são fatores determinantes para a conservação da biodiversidade. Considerando que a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam deve vir acompanhada de uma política para a economia extrativista que viabilize suas atividades e que permita a estas populações produzir, comercializar sua produção e, em consequência, continuar habitando e defendendo a floresta; Considerando que as florestas brasileiras demandam um programa de reforma agrária que respeite as formas tradicionais de ocupação e produção (INCRA, p.01, 1999).

Percebe-se que toda mobilização foi muito importante no sentido de dar força jurídica à pauta sócio ambiental. Hoje na Amazônia existem inúmeros PDS's que

obviamente continuam sua luta, agora para garantirem que a lei seja respeitada e seu território protegido.

3.3 Da Amazônia ao canal: bloqueios e perspectivas do PDS no assentamento Sepé Tiarajú

Dada a importância deste projeto e o pioneirismo no estado de São Paulo nesta modalidade de assentamento, esta experiência passou por contradições bastante agudas. Se por um lado havia o ímpeto do movimento social, INCRA e Sociedade Civil Organizada em cumprir os princípios do PDS, por outro havia o interesse imediato de dezenas de famílias que ansiosas por finalmente ocuparem sua terra, e livrarem-se das penúrias do período de acampamento davam um ritmo e um olhar realista a questão.

Quando em setembro de 2004 a área foi adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fins de Reforma Agrária, este debate já era intenso e já se percebia sinais de resistência.

Segundo Scopinho (2007), as famílias ali assentadas possuem origem em 15 estados brasileiros de 106 cidades diferentes, até serem assentados passaram por 234 municípios brasileiros e paraguaios. Esta heterogeneidade cultural forma a base social que consolida os processos organizativos do assentamento. Os atores sociais deste processo travam por meses discussões sobre como se daria a organização da comunidade. A proposta do Movimento Social e Sociedade Civil, e parte das famílias assentadas era a consolidação dos princípios do PDS e a adaptação a esta realidade. A primeira contradição foi a necessidade de constituição de uma única organização que centralizaria as iniciativas produtivas, a entrada dos créditos governamentais e a governança do projeto.

Esta proposta foi duramente questionada pela comunidade, pois a ideia de possuir uma Cooperativa com diretoria, presidente, etc, mexia com o imaginário, uma vez que todos já haviam participado de experiências de cooperação, seja no campo ou em experiências fabris e os aspectos negativos de empreendimentos deste tipo e as relações que estas pessoas presenciaram não lhes traziam boas recordações segundo relatos em campo (LAVRATTI, 2014).

Percebendo esta movimentação, o Ministério Público do Meio Ambiente de Ribeirão Preto, decide estabelecer um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), este instrumento normatizava a conduta do assentado e estabelecia prazos e ações para o INCRA. Assinado em 30 de dezembro de 2007 o TAC foi pioneiro em projetos de assentamento, e mantinha diálogo com as normativas do PDS e com as transformações em curso no momento de implantação. Assim, o TAC percorre estabelece desde a organização da comunidade, a opção ecológica de cultivo, o uso da água, reserva legal, etc.

O que se percebe neste momento é a disputa entre o sentimento coletivo de uma comunidade em luta para conquistar a terra, se diluindo no interesse individual da posse da propriedade privada. Assim, houve um recuo neste sentido e decide-se num primeiro momento não fundar nenhuma organização e sim estabelecer uma coordenação ampla que refletisse os mais diversos desejos de grupos internos. Dividiu-se a comunidade em quatro núcleos de 19 a 21 famílias, que foram nomeados como: Núcleo Paulo Freire, Núcleo Chico Mendes, Núcleo Dandara e Núcleo Zumbi dos Palmares. Cada núcleo indicou duas pessoas que fariam parte da coordenação geral do PDS segundo dados levantados em campo (LAVRATTI, 2014).

Vejamos o que o TAC nos traz neste aspecto:

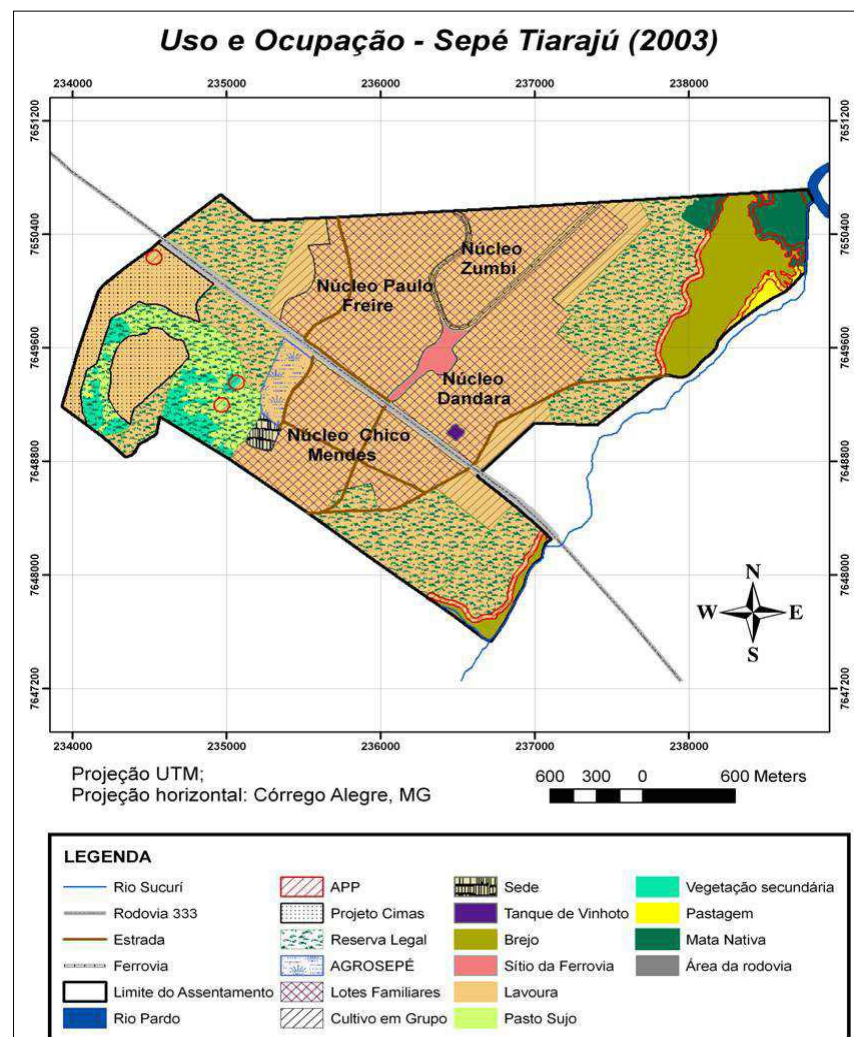
1) Comprometem-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, e os beneficiários a promoverem a organização territorial do assentamento da seguinte maneira: a) os beneficiários integrarão por afinidade 4 (quatro) núcleos sociais de famílias, nomeados como Núcleo Zumbi dos Palmares (21 famílias), Núcleo Chico Mendes (20 famílias), Núcleo Dandara (19 famílias) e Núcleo Paulo Freire (20 famílias). (TAC, p.02, 2007)

Como não seria mais possível a constituição de uma única organização que se comprometeria com a posse coletiva da área, e para cumprir com o desejo de não deixar este PDS a mercê da especulação imobiliária e do arrendamento para cana de açúcar, o TAC estabelece que:

3) Os beneficiários-concessionários não poderão emprestar, ceder ou transferir o uso do imóvel sem prévia e expressa anuência do INCRA e 4) É vedado aos beneficiários-concessionários arrendar o imóvel, bem como dar-lhe destinação diversa daquela estipulada neste compromisso, observado, nesse item, o disposto no Estatuto da Terra (TAC, p, 03, 2007).

Então, primeiramente, estabeleceram-se geograficamente na área, uma vez que ainda viviam em barracas de lona numa única área da fazenda. Foram feitos sorteios, decidindo em cada parte da fazenda o lugar no qual cada núcleo se estabeleceria e depois um sorteio interno no núcleo para se definir onde seria o lote individual (que varia entre 3,0 a 3,9 hectares). Para além da área individual foram estabelecidas outras quatro grandes áreas que seriam destinadas a projetos coletivos nos núcleos, como demonstra a figura 01.

Figura 1: Mapa do PDS Sepé Tiarajú



Fonte: Ramos, 2003

Outra contradição que rendeu muita discussão foi o não uso de máquinas agrícolas pesadas e de agrotóxicos. Pelas Normativas do PDS e acordos no TAC havia ficado estabelecido:

No manejo das culturas agrícolas e das atividades pecuárias desenvolvidas na área do Assentamento Sepé Tiarajú, os beneficiários-concessionários e o INCRA comprometem-se a adotar técnicas ambientalmente adequadas, de acordo com processo de transição agroecológica, a ser determinado no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), priorizando a diversificação produtiva como forma de garantir a segurança alimentar das famílias assentadas e dos demais destinatários da produção (TAC, p.04, 2007).

Continua no item a seguir sendo mais incisivo na proibição do uso de agrotóxicos:

Comprometem-se os beneficiários-concessionários, na produção coletiva e na familiar, a utilizar controle biológico de pragas e doenças, sob pena do pagamento de multa no valor de 10 (dez) salários-mínimos por cada infração constatada, ressalvada, durante o processo de transição para a produção agroecológica, a possibilidade do emprego de outros métodos de controle previstos na normativa estabelecida pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica do Ministério da Agricultura (TAC, p.06, 2007).

Houve uma pressão muito forte no sentido de não se utilizar maquinários no cultivo da terra. Neste período ocorria um intenso debate em certos setores da academia que se preocupam com a produção agroecológica de que deveria ser abolido o uso de máquinas no preparo de solo, isso influenciou os técnicos que trabalhavam com o Sepé Tiarajú, determinando o não uso. No entanto, a prática demonstrou que se não desbravasse a cana de açúcar que ainda crescia na fazenda, seria impossível o desenvolvimento de agricultura pelas famílias.

O uso de agrotóxicos aparece especialmente no combate as formigas (saúvas), a ordem era proibir o uso de qualquer produto químico em seu combate, mas este inseto devastava roçados inteiros, mudas de frutíferas, hortas, de modo que colocava a prática agrícola em risco, conforme relatos em campo (LAVRATTI, 2014). Vale destacar o desequilíbrio ecológico deste agro ecossistema, ali havia apenas cana de açúcar com combate sistemático com agrotóxicos, nas fazendas do entorno do PDS também, ou seja, quando a Fazenda Santa Clara, passa a arrancar a cana estabelecendo o poli cultivo configura-se num oásis para todas as formas de vida.

Claro que isto é muito interessante e valioso, mas serve para que os seres indesejados na produção agrícola adentrem e se fartem. Ou seja, a opção de produção ecológica, sem transição e sem alternativas de controle biológico ou

natural, levaram as famílias a dois caminhos: o primeiro de abandonar o roçado a própria sorte já que não poderiam combater as saúvas, e o segundo, na calada da noite utilizar veneno, sem nenhuma orientação técnica e combater a praga. A transição agroecológica até os dias atuais não possui uma norma clara, então na falta de normativas optou-se no caso do PDS Sepé Tiarajú pela supressão do uso de agrotóxicos segundo relatos levantados em campo (LAVRATTI, 2014).

Enquanto isso, conforme as estruturações internas aconteciam, ações que em outros assentamentos eram desenvolvidas de forma individual, no PDS Sepé Tiarajú foram coletivas, como: Aplicação do primeiro crédito de instalação (Crédito de apoio à instalação), utilizado para arar toda propriedade de 800 hectares, compra coletiva de ferramentas, e compra de alimentos coletiva. A construção das casas, cujo modelo está demonstrado na figura 02, fora fruto de compra coletiva de materiais e parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) para elaboração dos projetos, dados esses levantados em campo (LAVRATTI, 2014).

Figura 2: Casa de um beneficiário do PDS



Fonte: Acervo pessoal LAVRATTI, 2014.

Os compromissos assumidos pelo poder público no TAC, aqui representado pelo INCRA continuam prazos para o estabelecimento de infraestruturas básicas como vemos a seguir:

Compromete-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, a fazer gestões junto aos órgãos competentes a garantir aporte orçamentário para a instalação do Sistema de Abastecimento de Água Potável à população do Assentamento Sepé Tiarajú, de acordo com as diretrizes e outorga do DAEE – Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica, até 31 de dezembro de 2008, sob pena de intervenção judicial no imóvel, para permitir a execução específica por interventor nomeado (TAC, p.02, 2007).

Todos estariam assim se comprometendo com a construção desta proposta, cada ator social fazendo uma parte deste processo, o TAC conclui assim:

O descumprimento dos compromissos ora ajustados implicará na adoção de medidas judiciais cabíveis por parte do MINISTÉRIO PÚBLICO, ficando-lhe facultado a execução judicial do presente COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO, sem prejuízo de outras ações cabíveis (TAC, p.03, 2007).

Todas essas intensas discussões cumpriam um ritual de reuniões de coordenação, encontros no Ministério Público, reuniões com INCRA, e reuniões nos núcleos de famílias. Este processo foi desgastante para todas as partes, os núcleos foram perdendo força, e, por conseguinte a coordenação também passa por fragilidades, até que se desarticula por completo.

Houve um afastamento do Ministério Público e do INCRA e do Movimento Social, a percepção era de que o TAC vinha sendo cumprido por parte das famílias assentadas, mas o Estado não estava cumprindo com seus compromissos e prazos, como o abastecimento de água, por exemplo. Esta situação, apesar de muito dolorosa para todos os envolvidos, fortaleceu um reordenamento interno da comunidade conforme os relatos levantados em campo (LAVRATTI, 2014).

A síntese deste processo interno se deu através da acomodação entre “grupos de afinidade”, que estavam para além dos quatro núcleos de famílias que até o momento era à base desta engenharia social. Estes grupos de afinidade surgem da necessidade de organizar a comercialização dos produtos agrícolas ali produzidos.

A principal política pública o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), só se viabilizaria se as famílias cooperassem entre si, o que se observa neste período é um movimento interno muito pró-ativo de fundar cooperativas ou associações. Destes movimentos surgem quatro grupos de cooperação, juridicamente se constituíram como três cooperativas e uma associação. Na Tabela (2) abaixo podemos entender a distribuição.

Tabela 2: Grupos de cooperação e número de famílias

ORGANIZAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
COOPERECOS	22 famílias
FRATERA	20 famílias
COOPERAGROSEPE	09 famílias
COOPERFT	27 famílias

Fonte: LAVRATTI, 2014.

Pode-se afirmar que este arranjo social organizativo se deu pela influência de lideranças dos próprios agricultores, lideranças que se formaram em tempos de acampamento conforme relatos em campo. Contribuiu também neste processo a afinidade do ponto de vista ideológico, religioso, de especialidade em determinada produção agrícola.

Estes grupos organizados passaram a constituir uma coordenação geral, na qual cada representante defende os interesses de seus associados e, por conseguinte da comunidade. Desde 2011, todos os aspectos práticos da vida do PDS passaram por esta instância. Um exemplo foi a conquista da Escola (figura 03) que agora funciona dentro do Assentamento, isto foi uma conquista deste novo formato. Também houve a construção do barracão (figura 04), no qual as reuniões da coordenação são realizadas, a melhoria das estradas, a distribuição de água promovida pela própria comunidade, dentre outras conquistas, como por exemplo, a perfuração do quinto poço artesiano (figura 05), para abastecimento de todas as famílias do Núcleo Dandara, conforme verificado em campo (LAVRATTI, 2014).

Figura 3: Escola do PDS



Figura 4: Barracão coletivo



Fonte: Acervo pessoal LAVRATTI, 2014.

Figura 5: Poço artesiano



Acervo pessoal de: LAVRATTI, 2014.

Cada organização também constrói seu caminho de desenvolvimento, todas participam de programas de venda de produtos a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e todas participam da venda a Alimentação Escolar (PNAE) em municípios vizinhos.

A produção do assentamento passa por um processo de transição agroecológica, as experiências do passado recente em que a agroecologia havia sido colocado a ferro e fogo deixou traumas, especialmente por conta das frustrações de safra. Assim relata sobre este aspecto o Coordenador Técnico do Contrato INCRA/Instituto Biosistêmico (IBS):

A existência do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – impulsionou desde o início a produção agroecológica e em alguns lotes, isto ainda é uma realidade, principalmente onde possui SAF. Todavia, alguns assentados deixaram de adotar a concepção e mesmo dizendo serem agroecológicos aplicam algumas medidas que

os afastam do conceito, principalmente no controle de pragas (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Não menos importante, depois de anos de manejo, o micro espaço do PDS vai estabelecendo um equilíbrio ecológico, melhorando muito a relação da agricultura com o meio ambiente. As principais culturas agrícolas do PDS são: mandioca, banana maçã (e bananas em geral), manga, milho verde e feijões. (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014). Com destaque, a mandioca e a banana maçã se estabeleceram como marca do PDS, a manga também encontra ali condições ótimas para sua produção, incluída dentre os principais produtos pelo sabor e textura obtidos (figuras 06, 07 e 08).

Figura 6: Plantio de banana



Figura 7: Plantio de Mandioca



Figura 8: Plantio de Manga



Acervo pessoal de: LAVRATTI, 2014.

Como descreve o Coordenador Técnico da empresa contratada pelo INCRA/IBS para serviços de assistência técnica:

A disponibilidade da área (em média 3,6 hectares individualmente) possibilita às famílias a produção de quantidades interessantes de produtos e sua diversidade (desde que bem planejado), a falta de fatores impeditivos, e o acesso à água (ainda há lugares com nenhum acesso) favorecem os assentados a serem grandes produtores e junto ao grande nível de organização, visto através das Cooperativas e Associações, onde agrupam quase 100% das famílias. (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Hoje o PDS Sepé Tiarajú apresenta experiência de manejo de SAF's (Sistemas Agroflorestais) muito desenvolvidos que recebem visitantes do Brasil e do mundo até sistemas de produção que lançam mão do uso de agrotóxicos, especialmente para o controle de ervas daninhas. O fato é que a maioria dos agricultores opta por manejo agroecológico e hoje já possuem muita experiência acumulada que permite muitos acertos, diante das adversidades enfrentadas, deste modo, o capítulo seguinte discutirá a atual configuração territorial deste PDS a partir dos dados levantados em campo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nosso objetivo neste capítulo é o de apresentar as informações levantadas durante este estudo de caso, bem como a partir destas refletir sobre as indagações que me estimularam a desenvolver a pesquisa, quais sejam: Quais os entraves e vantagens do ponto de vista socioeconômico de uma experiência de agricultura familiar numa região tradicionalmente tomada pelos complexos agroindustriais? O PDS tem de fato se viabilizado como uma experiência de agricultura sustentável, voltada para a produção de alimentos agroecológicos, mesmo numa região cuja ideologia produtiva é de agriculturas convencionais, com base no latifúndio e em insumos contaminantes dos recursos naturais?

A região de Ribeirão Preto, que nesta fase de acumulação é marcada pela globalização, constitui um importante território no cenário do agronegócio, consolidado pela produção de açúcar e etanol.

Para REIS (2005), o território hierarquizado deriva de uma “metáfora” que ele define como globalização, e o local é o espaço de validação deste processo:

Esta (globalização) se assenta em duas idéias básicas: nas escalas territoriais relevantes para entender o funcionamento socioeconômico, as relações entre espaços e atores são radicalmente *hierárquicas* e previsíveis; tais relações implicam uma lógica de *derivação* do nível inferior pelo superior. O local é a outra face do global – o primeiro interessa como canal de reprodução do segundo. Por estas razões, os âmbitos e as possibilidades de expressão própria dos lugares (geográficos, sociais...) hierarquicamente inferiores são essencialmente a submissão, a resistência ou a exclusão (REIS, p.53, 2005)

O alto nível tecnológico implantado nas últimas décadas associado ao capital financeiro permitem que o território homogêneo se reproduza com vigor. Porém, SANTOS (2006) chama a atenção para as contradições produzidas neste processo de globalização, e demonstra que o lugar aparece como espaço de manutenção das individualidades versus a padronização imposta pelo capital globalizado.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, p. 218, 2006).

Segundo SANTOS (2006), na agricultura, a globalização tende a suprimir as iniciativas comunitárias e de uma agricultura sustentável:

Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistério, onde cada gesto e cada resultado deve ser previsto de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição, respondem ao modelo mundial e são calcadas em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na sua escolha e na sua implantação (SANTOS, p. 207, 2006).

Na contramão deste processo os esforços que são realizados para a busca de uma agricultura sustentável, se sustentam em outros preceitos, como a valorização dos saberes locais, o respeito à biodiversidade e as respostas naturais do meio à produção agrícola, a partir do qual a agricultura e ecologia têm convívio e troca. Para CANUTO, *et al* (2013),

No contexto da reforma agrária, nos últimos anos tem-se aprofundado o processo de discussão para a formulação de um modelo de assentamento diferenciado social e ambientalmente. Nessa perspectiva, a reforma agrária só se completa, para além do acesso à terra, pela adoção de um modelo menos dependente de insumos externos, mais autônomo economicamente e menos impactante ao meio ambiente (CANUTO, *et.al.* p.08, 2013).

Valendo-me do método dialético de análise busco percorrer as grandes questões imbricadas na formação de um território repleto de contradições e elementos para análise. Descubro que o “mundo” da questão agrária é por si um palco de conflitos. Evidenciados num primeiro momento na luta contra o latifúndio, que aqui podemos identificá-lo como luta de classes. A classe de quem possui muito contra os excluídos.

Mesmo que a região estudada possua altos índices de riqueza produzida, que se traduz, segundo IBGE (2010), num PIB dos maiores do Brasil, esta riqueza não se traduz em distribuição de renda, pelo contrário, a concentração da terra e dos meios de produção sempre foram instrumentos de exclusão e domínio político e ideológico durante toda história do país, não diferente de outras regiões onde a produção agrícola latifundiária é predominante.

Nesse sentido, os conflitos agrários e a luta pela reforma agrária se refletem como a própria contradição provocada pelo modelo de ocupação de terra, ou seja, a

semente da contradição da questão agrária cresce no próprio ventre do agronegócio e é exatamente onde este processo encontra-se mais avançado que primeiro se revelam as mazelas e as saídas encontradas por aqueles que se veem prejudicados.

O processo pedagógico que se inicia desde a mobilização dos trabalhadores para as ocupações, cujos direitos são ressaltados e a necessidade de organização e lutas se evidenciam, são por si geradores de consciência da necessidade de superação da condição de neutralidade, como provoca Freire (1996):

Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mais hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? “lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e de descaso? (FREIRE, p 112, 1996).

Podemos afirmar que as atitudes diante das condições de vida impostas pelo desemprego e miséria que assolavam os agricultores do PDS Sepé Tiarajú, quando estes residiam nas periferias das cidades, poderiam ser as mais variadas, dentre elas permanecerem na condição de miseráveis urbanos e compor as estatísticas de fome e violência. Mas a opção foi outra, conforme relatado por um agricultor assentado:

Sempre quis ter um pedaço de chão. Saí do Salgado Filho (bairro de Ribeirão Preto-SP) pra fugir da violência (...) tava uma situação de matarem cinco por dia e deixar 10 jurados pra morrer no outro. Eles passavam de moto na frente do comércio e atiravam, até que um dia fui vítima, isso só apressou a minha ida pro acampamento. Lá nós não tinha nenhum futuro, a gente pensa nos filhos né? E ir pro acampamento foi uma saída, não tinha outra, a terra traz fartura, era uma esperança (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

O movimento de consciência adquirida migra de uma esfera de consciência de si para uma consciência coletiva, isto ocorre quando se percebe que os problemas do indivíduo são os problemas de um grupo social que decide pela luta social. Seria inimaginável que alguém adentraria nas fazendas da região de Ribeirão Preto, até que este grupo adquirisse forças o suficiente e o fizesse, conforme o relato a seguir:

Pra falar a verdade, eu tinha medo (...)Quando a gente foi fazendo reunião e mais reunião a gente vai ganhando coragem, vai vendo

que não tá sozinho, tinha muita gente com a mesma idéia (...) Aí seu Pedro Xapuri (assentado antigo) foi na reunião e falou que era assentado e que a luta era séria, que demorava, mas saía, ai animou. (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

A vida de acampamento, neste caso, se estendeu por cinco anos, neste processo muitos sem terra foram desistindo e outros aderindo à dura luta enfrentada. Dentre as várias ações para a conquista da terra foram desenvolvidas ações de ocupação da fazenda, caminhadas, marchas, ocupações em órgãos públicos. A lembrança que percorre as pessoas é de um tempo de união, conforme relato da assentada:

Naquela época a gente era unido, dividia tudo, se alguém não tinha comida dividia comida, se não tinha roupa arrumava roupa, corria atrás de médico pra quem ficava doente. Tinha forró, tinha missa, festa junina (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Percebe-se que neste período além das lutas havia um sentimento comunitário muito forte, essa preocupação com o bem estar do outro fortalecia os laços e afirmava o passo daqueles que, às vezes pelo desânimo provocado pela dureza da vida, esmoreciam.

Muita gente queria ir embora, desanimava, aí tinha assembleia, reuniões, conversa na porta de barraco que animava o companheiro a ficar e ter esperança. Quantos anos de cidade ele precisaria pra conseguir um pedaço de chão? Nunca ía conseguir, aqui pelo menos tinha a esperança de que quem resistisse até o fim pegaria terra (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Todos têm consciência da importância do grupo e da quantidade de pessoas acampadas, que refletia na força do movimento. Todos os aspectos da vida do acampamento eram organizados em setores: segurança, saúde, educação, produção, arrecadação (arrecadavam comida nas cidades). E tudo era decidido na coordenação de núcleos - as famílias eram divididas em núcleos de 15 a 20 pessoas. A coordenação era composta por um homem e uma mulher, segundo os relatos em campo (LAVRATTI, 2014). Estes faziam valer as regras que a comunidade definia em assembleia. As mais simples eram: não roubar, não usar de violência contra qualquer que fosse o indivíduo (companheiros, mulher, criança, marido, etc), não usar drogas, não se embriagar, e assim por diante. As percepções deste tempo são variadas, mas muito positivas, segundo relato do Presidente da Associação Agroecológica de Pequenos Produtores da Agricultura Familiar (FRATERRA):

Olha, pra mim foi uma universidade! Foi a faculdade que não fiz (...) aprendi muito, se hoje funcionasse o regimento que tinha no acampamento (...) seria diferente. Os que dão problema hoje no assentamento é aqueles que ficaram menos tempo acampado (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Outro assentado ressalta a luta como um motivador, que está para além da conquista:

Eu vou falar pra você uma verdade que eu tenho pensado, quando lembro do acampamento, do aperto da dificuldade, eu penso que: era apertado, mas a luta às vezes é melhor que muita vitória (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

O que dava coesão a este processo intenso de vida comunitária era, sem dúvida, o desejo da terra - alicerçado numa dose considerável de “mística”, como denomina o MST. Trata de elementos materiais, como por exemplo, a terra, os seres humanos, os conflitos, a opulência dos ricos e a miséria que se submete as pessoas despossuídas, concretizadas em símbolos do Movimento como: bandeira, hino, músicas, poesias e palavras de ordem. O hino do movimento inicia: “Vem teçamos a nossa liberdade, braços fortes que rasgam o chão, sobre a força de nossa valentia desfraldemos a nossa rebeldia, e plantemos nesta terra como irmãos.” (Caderno Básico MST, 1990).

Mais populares algumas cantigas alimentam o sonho pela terra e apontam a fartura que a Reforma Agrária pode proporcionar:

Arroz deu cacho e o feijão floriô! Milho na palha coração cheio de amor! Povo sem terra fez a guerra por justiça visto que não tem preguiça este povo é de pegar, cabo de foice também cabo de enxada pra poder fazer roçada e o Brasil alimentar (Caderno: Canções da Terra, 1996).

Percebe-se que ao se aproximar da conquista do assentamento, bem como da derrota do latifúndio, altera-se a realidade e a esperança se revigora. Embora o debate sobre a necessidade de organização e a comprovação no real de que a força está na união de todos, alguns aspectos ficam claros quando pesquisados e questionados sobre seus sonhos.

Pode-se verificar que mesmo com uma luta travada de maneira tão coletiva, os sentimentos principais que os moveram tinham relação com a superação das dificuldades individuais e a concretização de sonhos também de caráter individual.

Foram mencionados com frequência durante as entrevistas os termos: “minha terra”, “meu lote”, “minha roça”, “minha cooperativa”.

O que podemos entender é que a luta pela terra, que em si é uma experiência coletiva, quando chega próximo a conquista provoca um sentimento de fim de jornada, onde finalmente o indivíduo pode libertar-se da vida de acampamento, das regras, da pobreza, do barraco de lona, e finalmente colocar em prática sua individualidade. Esta individualidade foi de certa maneira reprimida pela necessidade de coletivização, e pela dureza da vida comunitária, onde em nome da conquista da terra se suprimia aqueles desejos mais íntimos, primitivos, que ficavam guardados para um dia se libertarem.

Neste contexto, entendidas as proposições do INCRA, do Movimento Social e do Ministério Público, as famílias aderem à proposta do PDS, o que valida e viabiliza a constituição do assentamento, como relata a assentada:

Acho o PDS uma coisa importante, foi importante pra nós, mas não é levado a sério hoje em dia, as regras não são levadas a risca... o PDS é um projeto bom pra gente (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Os princípios fundamentais do PDS, da propriedade coletiva e da produção ecológica, na medida em que foram sendo implantados, na prática foram gerando resistências. O entendimento do PDS é muito disperso, cada um faz uma interpretação do projeto. Mas, o que mais chamou a atenção foi o “não lote”, a propriedade condominial, coletiva, administrada por uma associação. Provavelmente, foi o que levou a comunidade ao desinteresse pelo que viria a ser o PDS. Segundo o Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais Agroecológica do Sepé (COOPERAGROSEPE):

Olha, eu não vejo graça, este PDS dá certo lá na Amazônia, onde já tem mato e as pessoas podem viver do que a mata dá. Aqui tem que plantar a mata e sobreviver, quem consegue? Lá (na Amazônia) já tem com que viver da natureza (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Outro entrevistado declara que a filosofia do PDS é importante sob dois aspectos, acesso a terra e produção ecológica conforme o relato do Presidente da FRATERRA:

Não é que é ruim, nossa senhora! O PDS dá mais segurança pra nós, não transforma a terra em mercadoria, leva a gente a ter uma

prática de produção mais saudável (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

No entanto, a discussão maior se dá em torno do TAC. Este seria de fato o instrumento legal que colocaria a comunidade em situação de muito desconforto, pois se todos haviam se comprometido informalmente com as propostas polêmicas do PDS, de maneira formal e jurídica se comprometeriam através do TAC. Para o Presidente da Cooperativa Agroecológica de Manejo e Conservação da Agrobiodiversidade dos Agricultores Familiares do Assentamento Sepé Tiarajú - COOPERECOS:

O TAC seria bom se fosse cumprido por todos, assentado e INCRA, só o assentado é obrigado a cumprir o TAC... Não pode isso, não pode aquilo, mas cadê a água que o TAC obrigava o INCRA a colocar? A única coisa de boa que ficou do TAC foi o lote individual, porque veja, agente não é assentado comum, não tem concessão de uso, não vai ter direito a título da terra, a gente tá aqui sem nenhuma segurança, pelo menos tem o lote individual (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para o Presidente da FRATERRA:

A proposta foi boa, mas faltou a presença do Estado, faltou assistência técnica. O INCRA que era pra cobrar o TAC não cumpriu e sumiu. A idéia era muito boa, produção florestal, desenvolvimento, mas cadê? (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para a associada COOPERECOS:

O TAC deixou a desejar, o INCRA sumiu, não falaram mais nada, o ministério público sumiu, veja só o problema das queimadas, o pessoal tá botando fogo e isso é proibido, o morro queimou inteiro, isso é falta do TAC (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para este sócio da COOPERFT:

Eu não vi vantagem, a gente assinou, se comprometeu, mas tudo que conseguimos aqui foi por que agente correu atrás. Pra você ver, o encanamento de água era pra ter saído há anos, e até hoje nada, tem as mangueiras pretas que nós colocamos aí (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para o Presidente da COOPERFT:

O TAC não teve serventia, o PDS é uma proposta que tem vantagem, mas tem muita desvantagem. Por exemplo, eu não posso pegar financiamento de banco por que eu não tenho título da terra e nem se quer concessão de uso (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

A constatação através da pesquisa de campo é de que o PDS foi bastante discutido com as famílias, e todos sabem da importância que este teve na conquista

da terra. Os principais elementos de discordância ou pontos críticos ao PDS estão na falta de acompanhamento mais próximo do INCRA, os assentados consideram que foram abandonados. E relatam que na época da implantação faltou assistência técnica voltada pra agroecologia, o que ocasionou perdas de safra e endividamento com o Banco do Brasil.

Os beneficiários do PDS Sepé Tiarajú são unânimes ao afirmar que para além da conquista da terra o PDS não lhes trouxe nenhuma vantagem aparentemente, pois segundo os entrevistados não há uma priorização deste assentamento frente aos assentamentos tradicionais que existem no estado de São Paulo. Nota-se que havia uma crença de que seriam acompanhados com mais atenção pela importância deste projeto e pela fragilidade que uma proposta como esta teria frente à realidade agrícola da região. Vejamos esta fala:

Olha o PDS não ajudou em nada, assim pras estruturas. O tratamento é igual pra todos os assentamentos, ficamos lá na fila esperando como qualquer outro, furar poço, por exemplo, primeiro vai lá em Andradina, depois Pontal, depois Araraquara e daí que veio pra cá, ficamos sem água por 6 anos. A gente pensava que teria prioridade por ser PDS, que nada. No início até pagava um pouco a mais no PAA pra produto agroecológico, 20 por cento, depois cortou... (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Percebe-se que este PDS encontra-se inacabado, a pró atividade das famílias construiu um jeito de se fazer e interpretar sua condição de assentado de um modelo especial de assentamento. A caminhada os fez perceber que as contradições do dia a dia podem ser resolvidas pela própria comunidade. Com a consolidação de uma coordenação e o fortalecimento das cooperativas e associação, criaram um jeito próprio de organização que segundo eles nem mesmo o INCRA possui conhecimento. A equipe técnica que atua no local é fruto de uma chamada pública que visa a assistência técnica e extensão rural, e não cumprem no PDS o papel do INCRA, pelo contrário fazem questão de separar os papéis, como declara o Engenheiro Agrônomo do Instituto Biosistêmico (IBS):

A equipe técnica possibilita aos assentados o conhecimento de técnicas específicas às produções e criações, capacitando e auxiliando nas questões relacionadas à comercialização. Os assentados e as organizações utilizam-se do trabalho técnico para apoio junto às autarquias, inclusive quanto à emissão/solicitação de documentos, muitas vezes necessários para acesso à benefícios e

projetos, atuando como catalizadores do processo. Também pode se observar o apoio social às famílias com mais necessidade quanto à informações e orientações (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para Maia (2013), um dos elementos dinamizadores deste processo de organização interna foi o PAA, política pública que estimulou a formalização das cooperativas e associações.

Mais uma vez, é possível associar a gestão social do PAA (neste caso) a um conjunto de dinâmicas potencializadoras do desenvolvimento desta comunidade, pois a partir da reestruturação da Coordenação do Assentamento e da clareza de suas pautas políticas, as famílias assentadas criaram, juntamente com o Ministério Público, especialmente pela atuação do Promotor de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, Marcelo Pedroso Goulart, as bases para a retomada do trabalho dos técnicos do INCRA no assentamento (sobretudo daqueles que tinham poder de decisão) e, por conseguinte, do seu processo de estruturação (construção das casas, abertura de poços, construção da escola, melhoria das estradas, etc.), garantindo direitos que até então haviam sido relegados pelo Estado (MAIA, p.84, 2013).

Vejamos que este processo é de um dinamismo intenso e fez com que os beneficiários do PDS Sepé Tiarajú tivessem que romper barreiras que estavam para além de suas expectativas iniciais quando se achava que o estado, através do INCRA, executasse na íntegra a proposta do PDS. O papel dos assentados foi de protagonista, como relata este assentado:

Os conflitos no Sepé apareceram com maior intensidade pelo fato de as famílias não estarem sob as “chibatás” ou do Movimento Social, ou do Estado, ou de qualquer outra força política. O rearranjo interno, estimulado pelo PAA e pela formação dos grupos, culminou num período de ascensão do Governo Federal e crise do Movimento Social (...) o recuo total do MST - que nunca teve uma política muito forte voltada para os assentamentos, pois a política sempre foi muito tímida, acanhada, centralizadora e com ideias pouco convidativas às famílias assentadas – fica muito claro a partir do segundo mandato do Governo Lula, quando o MST (no estado de São Paulo) acaba se “desmontando”, especialmente na região de Ribeirão Preto, mas que obviamente reflete um movimento que ocorre também em nível nacional, quando já não há mais base acampada - que é a base da luta pela terra. As pessoas não topam mais ir para ocupações de terras, a base assentada também passa a perceber que o Movimento Social já não garante mais as suas conquistas. Assim, passam a se organizar de outras maneiras: os presidentes de cooperativas passam a ter contato direto com a CONAB, com o INCRA, com as Prefeituras, com o Ministério Público, com instituições que fazem

parte da vida social e política de um assentamento, sem depender mais da intermediação da liderança do Movimento (entrevista, *apud* MAIA, 2013).

A desilusão pelo que percebo, não virou desânimo, pelo contrário, com as ferramentas que estas pessoas possuíam construíram sua caminhada. Estes assentados viveram intensamente este processo de construção, cujo mérito pela organização alcançada é especialmente desta comunidade.

No que se refere às questões da produção agroecológica, isto ainda é um tabu. Muitos se declaram produtores ecológicos por medo do TAC e da intervenção do INCRA no sentido de fazê-lo perder o lote. Mas, a maioria opta por cultivos ecológicos e pela diversificação da produção, de acordo com Ramos (2008), no PDS Sepé Tiarajú existe uma grande variedade de produtos agrícolas cultivados e criações, vejamos a tabela 3:

Tabela 3: Produtos cultivados no PDS Sepé Tiarajú

Produção	Ocorrência (%)
Frutas	90,6
Mandioca	68,8
Banana	68,8
Café	59,4
Olerícola	31,3
Milho	31,3
Caprinos	6,3
Palmito	18,8
Abóbora	15,6
Coco	12,5
Aves	28,1
Suínos	12,5
Bovinos	12,5

Fonte: RAMOS, 2008. Elaborado por: LAVRATTI, 2014.

Somente por essas informações podemos verificar que o policultivo e a associação de espécies arbóreas perenes, plantas anuais e animais (figuras 09, 10 e 11) seriam a tônica deste PDS.

Figura 9: Consórcio entre banana e abacate



Figura 10: Criação de gado de pequeno porte



Figura 11: Criação de galinhas caipira



Acervo pessoal de: LAVRATTI, 2014.

Vejamos algumas falas que ilustram este compromisso. O Presidente da COOPERAGROSEPE defende a agroecologia:

Pra mim desde o início é agroecológico, meu lote é todo agroecológico, tenho uma grande agrofloresta, ele tá coberto de mata. Pra mim agricultura tem que ser emparcerada com ecologia, senão não tem futuro (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para o Presidente da FRATERRA, a agroecologia é fundamental:

Veja bem, não existe por que conquistar um pedaço de terra e comer comida envenenada, a gente tem uma produção mais saudável e não precisa ficar se escravizando, tem convivência com os filhos (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para o Presidente da COOPERFT, a agricultura que pratica lhe liberta:

Vou te contar que hoje eu tenho condição de viver tranquilo, produzo de tudo um pouco, tenho condições de trabalhar a hora que quero e produzir o que eu quero, entrego pra merenda e para o PAA e não fico me envenenando (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para o Presidente da COOPERECOS, a agroecologia é futuro:

Acho que o futuro está na agroecologia... falta muito apoio do governo ainda, por que tinha que dar valor a quem produz sem veneno. E ajudar, por que aqui do nosso lado eles continuam passando veneno com avião, na cana, como vamos conseguir equilíbrio pra produzir orgânico? (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

As visões sobre esta questão são difusas e merecem ser observadas dentro do contexto de “ilha de biodiversidade” em meio ao “mar de cana de açúcar”, sem pré julgamentos. Segundo os assentados muitas dificuldades encontradas para a produção agroecológica tem ligação direta com o monocultivo dos vizinhos e a utilização maciça de agrotóxicos. Como relata esta assentada:

Aqui não produzia feijão, plantava, ele nascia e depois morria, tinha muito veneno na terra, o que sobrou da cana do usineiro. Depois de um tempo a terra foi limpando, e o feijão começou a dar. Mas bastava o avião passar que o feijão enrugava as folhas... aí fomos no Ministério Público e a usina parou de passar avião, aí foi um sossego (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Outro assentado relata que fez muito esforço durante anos produzindo produtos agroecológicos, e que hoje já usa alguns produtos químicos:

Eu uso veneno hoje pra matar o mato (...) passei anos produzindo orgânico e ninguém deu valor, ía vender achavam feio, a única coisa que ainda eu não uso nada é na banana e mandioca, se usar a banana maçã encaroça e mandioca não cozinha (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Nota-se que a renda tem um papel determinante na opção de adotar ou não as práticas agroecológicas. O fato de venderem produto orgânico como convencional serviu de fator de desânimo para com a proposta, que em dada medida foi abandonada. Embora seja prática principal deste PDS, este não está livre dos químicos como se defendia na proposta inicial.

Foi uma transição ao contrário, primeiro todo mundo era orgânico, vixe Maria falá de passá um veneno, depois foi afrouxando, e até que

hoje quem não usa é por consciência, por convicção, é assim que fala né? (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Quando questionados se o assentamento “deu certo?” e “em que sentido sua vida mudou?” fica muito claro o poder transformador da Reforma Agrária e da proposta do PDS. Com relação à mudança de vida todos os entrevistados declararam que a vida mudou para melhor. Abaixo apresentamos os aspectos do cotidiano destas famílias (por elas identificadas como importante melhoria) e as respectivas ocorrências:

Tabela 4: Mudanças positivas na qualidade de vida dos(as) entrevistados(as)

MUDANÇAS PARA MELHOR	OCORRÊNCIA(%)
Qualidade de vida	100%
Habitação	100%
Acesso à água	60 %
Segurança	100%
Alimentação	100%
Trabalho	90%
Convívio com filhos	90%
Expectativa de melhora	100%

Fonte: LAVRATTI, 2014.

Os discursos vão para além da posse da terra, entram para o campo dos sentidos de vida, dos filhos, do lar, da vida transformada. Percebe-se que a causa destas pessoas não se limitava a causa coletiva que os levaram a luta pela terra, nem pelo mero desejo individual da posse pela posse, mas a terra lhes proporcionaria vida e sentido de vida para sua família, antes ameaçada pela falta de perspectiva que um dia rondava estes agricultores.

Observemos o relato deste assentado, Presidente da COOPERFT:

Eu cortava cana, levantava 4 horas da manhã pra pegar o pau de arara, ganhava por produção, se eu ganhava R\$ 100,00 o “gato” (empreiteiro) ganhava R\$ 150,00, R\$ 200,00, ele podia andar de carro novo ir passear... eu passava necessidade. Corta cana não é pra gente... Minha vida mudou 100%, hoje não tenho patrão, posso passear a hora que eu quero, se eu quero trabalhar de domingo eu trabalho, se eu não quero eu não trabalho. Tenho uma casa que não é qualquer um que tem na cidade, e consegui o principal: Quando que eu imaginava, eu pobre, cortador de cana, sem terra, ter dois filhos na universidade? Os dois ficaram acampados, sofreram junto comigo e Maria e hoje tão na universidade... a menina tem 20 anos e faz Engenharia Civil e o rapaz 24 anos e faz Engenharia da

Computação, me diga quando eu ía pensar uma coisa dessa? (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

A percepção dos assentados entrevistados, membros das cooperativas e associação é muito semelhante. Este assentado diz que está num “pedacinho do céu”:

Eu vivo num pedacinho do céu, este canto nosso aqui é muito bom. Não tem nem comparação, depois que eu vim pro PDS a vida é outra. Eu já tinha experiência com roça, então fiz tudo certo, e me dei bem. Tenho duas moças que eram criança no acampamento, hoje elas tem 17 e 16 anos, e estão aqui com a gente, e tem as menorzinha. Tá todo mundo feliz (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Para este assentado a vida não teria sentido na cidade:

Me diga que graça tem vivê na cidade, picá cartão (...) pode ganhar dinheiro, mas no final do mês fica tudo pra pagar conta. Aqui eu planto fatura (...)fatura, entende? Eu posso não ter dinheiro, as vezes a gente fica meio apertado, mas pra que mesmo que eu quero ter um monte de dinheiro? Eu tenho tudo aqui: comida, casa, trabalho, escola, entrego minha produção na cooperativa, graças a Deus. Por que não seria feliz? Isso aqui foi a coisa mais certa que o Lula fez (entrevista *apud* LAVRATTI, 2014).

Mais do que entender se este processo deu certo ou errado, entendê-lo como uma construção humana, com acertos e equívocos, se tornou nosso objetivo. As entrevistas deram vozes aos entrevistados, o que nos permitiu compreender melhor esta realidade e suas construções.

O fato de todos se enxergarem na proposta do PDS, desenvolverem uma agricultura racional de forma consciente, e mais que isso: a consciência “doer” quando precisam lançar mão de agrotóxicos, faz valer o intento de um PDS no canavial. Além disso, lançar mão de organizações legítimas, constituídas e dirigidas pelos próprios agricultores e que estabelecem relação com o mercado local, fortalece o senso inovador no uso da terra e demais recursos naturais.

A manifestação das individualidades e a percepção das contradições inerentes à formação da comunidade contribuíram para a (re) construção de elos entre as famílias assentadas e, conseqüentemente da noção de cooperação e coletividade, condição fundamental para a formação de um PDS. Neste sentido, iremos assinalar este PDS como um projeto exitoso a seguir nas considerações finais deste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderia aqui gastar linhas e linhas descrevendo a falta de ação dos órgãos governamentais, nesse caso o INCRA no sentido de concluir e acompanhar esta experiência de PDS, mas o abandono desta experiência pelo Estado, talvez tenha sido providencial, pois em que pese todo o sacrifício vivido pelas famílias, chegaram a um resultado que talvez com a inércia e burocracia dos aparatos estatais não seria possível.

Entendo que esta construção, tem uma busca pela legalidade, com a formalização do PDS e assunção? pelas famílias como forma de garantir a terra, uma vez que este assentamento só se viabilizaria como um PDS. Junto a isso a materialização desta normativa através do TAC para que esta proposta tenha força jurídica e obrigue a comunidade a aceitar princípios que talvez não fossem consensuais.

Deste modo, num movimento dialético, ressurgem como uma síntese, o que se experimenta nos dias atuais: Uma experiência paulista de PDS, com toques multiculturais e com total “empoderamento” dos agricultores que em sua medida e com suas interpretações conduzem com lucidez esta experiência.

Talvez em raros espaços de assentamento na atualidade encontraremos experiência com tamanha história de protagonismo social. Neste PDS, as coisas ficam muito claras, percebe-se nas entrevistas um respeito muito grande pela opinião do outro, pela cooperativa do outro, mas não ficam escamoteadas as insatisfações.

E isso, pelo que percebemos, não foi alcançado com discursos ou com iluminações de um indivíduo, foi alcançado pela vivência profunda das contradições que a propriedade privada suscita, com as convicções políticas distintas, com credos religiosos distintos, com interesses distintos, com sacrifícios de toda ordem como relatamos durante este trabalho. E por tal razão estes assentados puderam se afirmarem e se sustentarem durante o tempo já percorrido, assim como por aquele que virá, enquanto as esperanças e os sonhos destes agricultores durarem.

Tanto do ponto de vista organizativo quanto do ponto de vista da produção sustentável podemos afirmar que a experiência foi exitosa. No aspecto organizativo a constituição de cooperativas e associação que derivam uma coordenação do PDS,

contempla a filosofia de controle social deste território, que perpassa pelas questões de ordem social e produtiva da comunidade.

O aspecto da sustentabilidade, apesar de todo o retrocesso sofrido pela proposta inicial do PDS, a partir das possibilidades de mercado encontradas pelas organizações dos agricultores e do trabalho cotidiano, se mantém no horizonte da comunidade, que vivencia o que podemos chamar de processo transitório, no qual as pessoas e os recursos naturais vão entrando num acordo de convivência sustentável.

Fica aqui nosso profundo respeito pela experiência deste PDS, a partir do qual pudemos entender a complexidade da questão agrária, apontando uma pequena contribuição para com a história deste povo e dos camponeses brasileiros.

REFERÊNCIAS

Arquivo Público Municipal de Ribeirão Preto. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, data.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

CANUTO, João Carlos et.al. **Assentamentos Rurais Sustentáveis: o processo de construção participativa do conhecimento agroecológico e o monitoramento de unidades de referência no Assentamento Sepé Tiaraju –SP**. ISSN 1516-4691. Julho, 2013. Documentos 93. Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, SP.

FERRANTE. V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. **A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo**. Perspectivas, São Paulo, 11:33-51, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 28ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREITAS. Hingryd Inácio de. **A Questão (da Reforma) Agrária e Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia**. 2009. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia.

GRAZIANO DA SILVA, José. **“O novo rural brasileiro”**. Nova Economia, maio, vol. 7. Belo Horizonte, 1997.

HAESBAERT, Rogério Costa. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. In: **Seminário Internacional sobre Múltiplas Territorialidades**. Document de travail à partir d’une version révisée d’une communication présentée au 1º Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades. Porto Alegre: UFRGS, 23 set. 2004

LIMA, Cláudia Silva. **Irmã Dorothy Mae Stang e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável: memória e resistência x o poder público**. 2013. Anais do II Encontro de pesquisa e práticas em educação do campo. Universidade Federal do Maranhão, jun. 2013.

MAIA, Priscila de Oliveira. **O PPA em um projeto de desenvolvimento sustentável: arranjos e conflitos na produção da vida (um estudo no assentamento Sepé Tiarajú, município de Serrana e Serra Azul-SP)**. 2013. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara.

MANÇANO, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MST. **Caderno Básico do MST**, 1990.

_____. **Canções da Terra**, 1996.

_____. **Jornal Sem Terra**. Publicação do MST. Edição de março 2000 .

PIRES, Júlio Manuel. **O Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000**. Texto para Discussão – Economia Série / 43 – 2004.

RAMOS FILHO, L. O.; PELLEGRINI, J. B. R. **Diagnóstico agroflorestal participativo em assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo**. Relatório Técnico. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente. 2006.

REIS, José. **Uma epistemologia do território**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/jr/publics.htm>>.

RODRIGUES, Roberto. **Desenvolvimento Rural**. Estud. Av., vol.15, nº43. São Paulo: Sept./Dec. 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCOPINHO, R. A. **Em busca de “elos perdidos”: projetos de assentamentos e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 257-270.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. **Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiarajú e o MST**. 2009. Tese de doutorado. Departamento de Psicologia e Educação Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP.

APÊNDICE A

Questionário para Agricultores:

1. Quais os motivos que levaram o Senhor ou Senhora a entrar para a luta pela terra?
2. Conte um pouco da experiência de acampamento.
3. Como se deu o processo de discussão sobre o modelo de assentamento?
4. Como foi a discussão sobre o PDS?
5. O Senhor ou Senhora tem conhecimento do TAC?
6. Como foi a discussão sobre o TAC?
7. As normas do TAC estão sendo aplicadas?
8. O que o Senhor ou Senhora entende sobre Agroecologia?
9. O Senhor ou Senhora participa de alguma organização do Assentamento (cooperativa ou associação)?
10. Quais os princípios da agroecologia que são implantados na produção?
11. Na sua avaliação, quais as vantagens de ter sido assentado nesta região?
12. Quais as desvantagens?
13. Qual o principal canal de comercialização?
14. Na sua avaliação, o assentamento “deu certo”?
15. A sua principal renda advém do assentamento?
16. Em que sentido sua vida mudou neste período de assentamento?
17. O que o Senhor ou Senhora gostaria de deixar registrado no que se refere a minha pesquisa?

APÊNDICE B

Questionário para o Técnico do Assentamento:

1. Como foi a implantação desta experiência, quais os principais desafios agronômicos e organizativos?
2. Qual a sua avaliação sobre a produção no assentamento Sepé Tiarajú?
3. Qual o compromisso dos assentados com a produção Agroecológica?
4. Houve alguma desistência no projeto?
5. Houve venda de terra?
6. Quais os principais créditos que foram destinados ao assentamento?
7. Quais os principais entraves para o desenvolvimento do assentamento?
8. Quais os pontos fortes do projeto?
9. Quais são as atuações principais da equipe técnica junto a comunidade?
10. Quais as principais diferenças (produção/organização) do PDS Sepé Tiarajú para outros assentamentos?

ANEXO A

PORTARIA INCRA/P/Nº 477

04 de Novembro de 1999

O PRESIDENTE, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 4º, § 2º, e 20, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 966, de 27 de outubro de 1993, combinado com o art. 24 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MAARA nº 812, de 16 de dezembro 1993, e de conformidade com a delegação de competência prevista na Portaria INCRA/P/nº 57, de 09 de março de 1999, publicada no Diário Oficial do dia 11 seguinte:

CONSIDERANDO as recomendações da Comissão Interinstitucional – Portaria Interministerial/P/nº 1/99, de 24 de setembro, D.O.U de 27 de setembro, entre os Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária - MEPF e o Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Reforma Agrária deve ser um fator básico de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular;

CONSIDERANDO que a manutenção da atividade extrativista tradicional e o apoio às populações que a desenvolvem são fatores determinantes para a conservação da biodiversidade.

CONSIDERANDO que a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam deve vir acompanhada de uma política para a economia extrativista que viabilize suas atividades e que permita a estas populações produzir, comercializar sua produção e, em consequência, continuar habitando e defendendo a floresta;

CONSIDERANDO que as florestas brasileiras demandam um programa de reforma agrária que respeite as formas tradicionais de ocupação e produção, resolve:

Art. 1º - Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental;

Art. 2º - Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunitário, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativista, condominial ou cooperativista;

Art. 3º - Estabelecer que os Projetos de Desenvolvimento sustentável - PDS's serão criados no atendimento de interesses sociais e ecológicos e contará com participação do Ministério de Estado do Meio Ambiente - MMA e do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. Esta modalidade de projeto terá as bases de sustentabilidade e promoção de qualidade de vida como seus pontos determinantes.

Art. 4º - Estabelecer que a criação de projetos dessa modalidade somente ocorrerão em terras de dominialidade de organismos federais, estaduais e municipais.

Art. 5º - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA baixará, no prazo de sessenta dias, os atos normativos complementares, objetivando a execução da presente Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor sessenta dias após a data da sua publicação.